

*19.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Outubro de 2011*

ACTA

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências
. Licenciamento de Obras Particulares

Ponto 3. Apreciação de Proposta de Acta de 29.09.2011

Ponto 4. **ACÇÃO SOCIAL** – APOIO A ACTIVIDADES NO ÂMBITO DA ACÇÃO SOCIAL

- . APOIO À REABILITAÇÃO DE HABITAÇÕES DEGRADADAS
- . Programa Conforto Habitacional para Pessoas Idosas
 - Protocolo de Colaboração

Ponto 5. **ACÇÃO SOCIAL**

- . ACORDOS COM IPSS - VALÊNCIAS DIVERSAS
 - COMPLEMENTOS A ACORDOS COM A SEGURANÇA SOCIAL

5.1. ADESTA - Associação de Desenvolvimento Social, Cultural e Desportiva da
Freguesia de Tapeus

Serviço de Apoio Domiciliário

5.2. APPACDM de Soure

5.2.1. Revogação de Deliberação

5.2.2. Lar/Residencial

5.3. Centro Social das Malhadas

5.3.1. Centro de Dia

***19.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Outubro de 2011***

5.3.2. Serviço de Apoio Domiciliário

Ponto 6. **ACÇÃO SOCIAL – APOIOS AO INVESTIMENTO**

- . M.A.S.E.S. - Medida de Apoio à Segurança de Equipamentos Sociais
 - Centro Social das Malhadas

Ponto 7. **ACÇÃO SOCIAL**

- . APOIO A ACTIVIDADES NO ÂMBITO DA ACÇÃO SOCIAL
- . Associação Cultural, Recreativa e Social de Samuel
 - Construção de Lar de Terceira Idade
- . Isenção de Taxas

Ponto 8. **SANEAMENTO E SALUBRIDADE, ABASTECIMENTO DE ÁGUA...**

- . ESTUDOS E PROJECTOS - OUTROS
- . Regulamento(s) Municipal(is) - Portaria n.º 34/2011// Adaptação/Compatibilização
 - Revogação da Decisão de Contratar

Ponto 9. **SANEAMENTO E SALUBRIDADE, ABASTECIMENTO DE ÁGUA...**

- . ESTUDOS E PROJECTOS - OUTROS
- . Regulamento(s) Municipal(is) - Portaria n.º 34/2011// Adaptação/Compatibilização
 - Ajuste Directo

Ponto 10. **COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES**

- . Ramal Ferroviário Figueira da Foz - Pampilhosa
 - (CIM-BM) Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego
- . Nota de Imprensa

*19.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Outubro de 2011*

Ponto 11. **A.N.M.P. - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES**

11.1. Extinção da IGAL

11.2. Taxa do IVA - Electricidade

- Alteração

. Impacto Económico

Ponto 12. *Outros assuntos a incluir, se for caso disso, nos termos do artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18.09.*

***19.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Outubro de 2011***

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

O Senhor Presidente deu início à reunião, dando a palavra aos Senhores Vereadores:

A Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno referiu que: “no âmbito da política de proximidade e na área da Educação, estive presente, em representação do Senhor Presidente, no dia 30 de Setembro, no Agrupamento de Escolas de Soure, na Cerimónia do Dia do Diploma onde ocorreu a entrega de diplomas, no âmbito da legislação aplicável, aos alunos que terminaram o Ensino Secundário e também aos alunos dos diferentes níveis de ensino que se destacaram, quer por classificações obtidas - Quadro de Excelência -, quer pelas atitudes e valores - Quadro de Valores -. Foi uma cerimónia em que esteve a comunidade educativa, pais, encarregados de educação e, naturalmente, os alunos premiados.”

O Senhor Presidente prestou as seguintes a(s) seguinte(s) informação(ões):

* Em termos de proximidade, como é hábito, a Câmara Municipal esteve presente nas múltiplas e diversas iniciativas que tiveram lugar no Concelho...

*** REFORMA DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL**

Certamente já todos têm um exemplar do chamado “Documento Verde” sobre aquilo que se perspectiva possa vir a ser a Reforma da Administração Local... De acordo com o calendário previsto nessa “base de estudo”, nós iremos ter a oportunidade de promover o(s) debate(s) adequado(s)... Há, inclusive, Câmaras Municipais que já têm vindo a tomar posição e que, aliás, disso nos estão dar conhecimento...

*** ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO**

Tem vindo a ser adiantado, designadamente pela Comunicação Social que a despesa pública deverá retroceder ao volume que caracterizou o ano de 2007... Admitindo que nos “subtraíram” em 2010 \approx 300.000,00 euros... em 2011 \approx 380.000,00 euros, em cima dos \approx 300.000,00 euros... a confirmar-se que 2012 regredirá para os níveis de 2007, em termos práticos significará que diminuiremos, ainda mais, \approx 400.000,00 euros!!!... Bom, com a tranquilidade e a serenidade de sempre, a confirmar-se que, também nas Transferências do Orçamento Geral do Estado para o Poder Local,

**19.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Outubro de 2011**

haverá um regresso a 2007, isto obrigará/determinará a adopção de um conjunto de medidas em conformidade...

Concretizando, com a consciência social e o rigor que nos caracterizam iremos adoptar medidas, quer do lado da despesa, quer do lado da receita, que nos permitam continuar a dar a resposta possível em termos de continuidade da melhoria do bem estar colectivo...

*** GÁS NATURAL**

...As Freguesias de Alfarelos e de Granja do Ulmeiro já têm um grau de cobertura da Rede de Gás Natural a $\approx 80\%$... Numa reunião recente com responsáveis da “concessionária”, aproveitámos para “perguntar” pelo calendário/programa previsto para a realização do investimento nesses 20%, em falta...

...Sede de Freguesia de Soure... em 2008, enviámos um ofício ao Senhor Presidente do Conselho de Administração da Lusitânia Gás, dando-lhe nota que em 1995, aquando da passagem da linha principal de Gás Natural no nosso Concelho, Linha Setúbal/Braga, ficou prevista a instalação, na zona da Carvalheira, de uma Estação de Redução e Medição... Porém, a REN – Rede Eléctrica Nacional ter-se-á esquecido de lá colocar essa estação de redução que permitiria derivar... talvez porque se tratava de um investimento de $\approx 1.000.000,00$ euros... Bom... A boa notícia é que esse investimento finalmente começou a ser desenvolvido este ano, devendo ficar concluído até final de Novembro... Assim, no dia 07 de Outubro, foi aberto concurso público para a primeira fase da empreitada de ligação da rede que, agora sim, com essa estação de redução e medição, já pode fazer a ligação à Sede do Concelho e à Zona Industrial, um investimento próximo de 1.000.000,00 euros... a adjudicação deverá ocorrer até final deste mês e a obra deverá começar em Novembro, tudo apontando para a sua conclusão até final do 1.º semestre do próximo ano... No final de 2012, deverá ter início o processo relativo ao investimento, também de $\approx 1.000.000,00$ euros, na 2.ª fase (arruamentos da Vila de Soure).

**Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências
. Licenciamento de Obras Particulares**

Foi tomado conhecimento do(s) licenciamento(s) de obras particulares verificado(s) no período decorrido entre a última reunião e a de hoje. _____

Ponto 3. Apreciação de Proposta de Acta de 29.09.2011

**19.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Outubro de 2011**

Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta de Acta.-----

Ponto 4. ACÇÃO SOCIAL – APOIO A ACTIVIDADES NO ÂMBITO DA ACÇÃO SOCIAL
. APOIO À REABILITAÇÃO DE HABITAÇÕES DEGRADADAS
. Programa Conforto Habitacional para Pessoas Idosas
- Protocolo de Colaboração

Foi presente a seguinte Proposta:

Proposta

Assunto: **Programa Conforto Habitacional para Pessoas Idosas (PCHI)**
Protocolo de Colaboração entre a Segurança Social e os Municípios
para a Reabilitação de Habitações Degradadas
destinadas a Pessoas Idosas
em situação de vulnerabilidade social

O Programa Conforto Habitacional para Pessoas Idosas (PCHI) foi criado pelo Despacho N.º 6716-A/2007, de 5 de Abril, com alterações introduzidas pelo Despacho N.º 3293/ 2008, de 11 de Fevereiro.

Este Programa tem por base uma política social de desenvolvimento das condições de vida das **personas idosas**, nomeadamente através da **melhoria do conforto das suas habitações**, por forma a permitir que estas permaneçam, o mais tempo possível, no seu meio habitual de vida.

O PCHI visa a qualificação habitacional com objectivo de melhorar as condições básicas de habitabilidade e mobilidade das pessoas idosas que usufruam de serviços de apoio domiciliário, de forma a prevenir e a evitar a institucionalização.

A **qualificação habitacional** pode passar, quer por melhorias a nível de **obras no edifício**, quer por melhorias ao nível da **aquisição de equipamento** indispensável.

Este Programa resulta de uma parceria entre a Segurança Social e os Municípios, concretizando-se mediante a celebração de Protocolos, com a duração de 12 meses, com possibilidade de renovação por igual período.

No âmbito destes Protocolos de Colaboração, cabe à Segurança Social suportar os encargos com os materiais necessários à intervenção habitacional, até ao montante máximo de 3.500€ por habitação. Cabe aos Municípios executar e acompanhar as obras de recuperação e de melhoramento.

De acordo com informação do Centro Distrital de Coimbra, do Instituto da Segurança Social, no Concelho de Soure, está previsto um limite de 16 intervenções, o que corresponde a um montante máximo de 56,000 €.

Os Destinatários deste Programa devem cumprir os seguintes requisitos:

***19.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Outubro de 2011***

- Ter 65 anos ou mais;
- Ter um rendimento mensal, por pessoa do agregado familiar, que não ultrapasse os 419,22€, em 2011;
- Viver em casa própria ou viver, há pelo menos 15 anos, numa casa que não tenha registo de propriedade e onde não paga renda;
- Precisar de melhorias na casa e/ou precisar de equipamento para melhorar o seu conforto;
- Estar a receber apoio domiciliário ou a frequentar um Centro de Dia (ou precisar de melhorias na sua casa para poder começar a fazê-lo);
- Morar sozinho ou com:
 - . Outra(s) pessoa(s) idosa(s);
 - . Familiar(es) com deficiência;
 - . Crianças e Jovens com menos de 18 anos;
 - . Adultos que sejam estudantes e não tenham rendimentos de trabalho nem estejam a receber subsídios por não estarem a trabalhar.

As candidaturas são formalizadas mediante requerimento dirigido ao Presidente da respectiva Câmara Municipal. Cada caso é acompanhado conjuntamente pela Câmara Municipal e pela Segurança Social.

Assim, considerando que a adesão do Município de Soure a este Programa:

- Possibilitará a realização de melhorias habitacionais aos Municípes que se enquadrem no mesmo;
- Complementará a medida já implementada pelo Município, desde o ano 2000, segundo a qual, por deliberação de Reunião de Câmara de 13.12.2000, é atribuída a situações já apoiadas pela Segurança Social, uma Comparticipação correspondente à verba em falta para a conclusão de obras em habitações degradadas, até ao montante máximo de 2.500€.

Propõe-se a subscrição do Protocolo de Colaboração com o Instituto de Segurança Social, IP, cuja minuta se anexa.

A Vereadora*
(Ana Maria Treno, Dra.)
30.09.2011

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal, Despacho de 06.11.2009.

***Deliberado, por unanimidade, aprovar a subscrição do Protocolo de Colaboração com o Instituto de
Segurança Social, IP.***_____

***19.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Outubro de 2011***

Ponto 5. ACÇÃO SOCIAL

. ACORDOS COM IPSS - VALÊNCIAS DIVERSAS

- COMPLEMENTOS A ACORDOS COM A SEGURANÇA SOCIAL

O Senhor Presidente referiu que: “como sabem, o Plano de Actividades para 2011 tinha uma filosofia subjacente muito clara, traduzida em apostas concretas... Na altura, quando procedi à apresentação dessa proposta, adiantei que estávamos a atravessar um período em que poderíamos ter que afectar, mesmo num quadro de maior escassez de recursos, mais investimento público à Acção Social, isto é, aos Serviços prestados aos estratos mais vulneráveis da população!!!... Entre outras iniciativas, foi incluída uma rubrica nova a que chamámos, Acordos com IPSS - Valências Diversas, Complementos a Acordos com a Segurança Social...

Nós conhecemos bem o Concelho, integramos o Conselho Local de Acção Social, sabíamos, por um lado, que havia duas pequenas IPSS na Zona do Sicó: a ADESTA, mais ligada à Freguesia de Tapeus, o Centro Social das Malhadas, mais ligado às Freguesias de Degracias e Pombalinho; por outro lado, a APPACDM de Soure, outra IPSS do Concelho que dá apoio designadamente à deficiência... Estas são IPSS menos adultas embora já não jovens... São IPSS que exactamente por terem uma “história” mais curta com a Segurança Social, apresentam uma menor escala... quando se tem menor escala torna-se mais grave o problema normalmente existente nas IPSS, que é o de numa determinada valência terem um número efectivo de utentes, mas só haver acordo com a Segurança Social para um número bem menor!!!... A Câmara Municipal quando aprovou este plano foi também na perspectiva de que, para estas IPSS de menor escala que apresentam um desfasamento numa qualquer valência entre o número de utentes efectivamente servidos e o número de utentes com acordo com a Segurança Social, deveria para uma percentagem dessa diferença ser aprovado um apoio de natureza excepcional!!!!... A Câmara, no fundo, iria substituir-se, à Segurança Social, em parte, até que a normalidade se reponha...

Esta medida, de natureza e por um período excepcional, deverá entrar em vigor a partir do dia 01 de Novembro.”

5.1. ADESTA - Associação de Desenvolvimento Social, Cultural e Desportiva da Freguesia de Tapeus

*19.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Outubro de 2011*



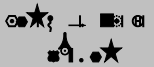
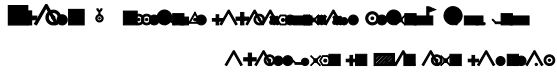

Serviço de Apoio Domiciliário

Foi presente a seguinte Proposta:

ACÇÃO SOCIAL

**Acordos com IPSS - Valências Diversas
Complementos a Acordos com a Segurança Social //2011**

Proposta

		
		948,36 € ¹⁾

A Vereadora*
(Ana Maria Treno, Dra.)
2011.10.12

1) Ver Nota Explicativa

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal, Despacho de 06.11.2009.

**19.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Outubro de 2011**

A Câmara Municipal de Soure

Considerando que a Câmara Municipal de Soure, no âmbito das suas competências, tem a obrigação de assegurar o acesso dos cidadãos aos serviços públicos, e tendo em conta a importância da participação financeira dos utentes na manutenção dos serviços públicos;

Considerando que a Câmara Municipal de Soure, no âmbito das suas competências, tem a obrigação de assegurar o acesso dos cidadãos aos serviços públicos, e tendo em conta a importância da participação financeira dos utentes na manutenção dos serviços públicos;

⇒ **Acordo em Vigor com a Segurança Social**

* Acordo em Vigor com a Segurança Social

14 Utentes

* Participação Financeira Mensal da Segurança Social por Utente

237,09 €

* N.º Efectivo de Utentes Apoiados pela Entidade

30 Utentes

* N.º de Utentes sem Acordo

$$30 - 14 = 16$$

$$25\% \text{ de } 16 \approx 4$$

$$\Rightarrow 4 \times 237,09 \text{ €} = \mathbf{948,36 \text{ €}}$$

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Proposta da Senhora Vereadora, Dra. Ana Maria Treno.-----

5.2. APPACDM de Soure

5.2.1. Revogação de Deliberação

**19.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Outubro de 2011**

Foi proposto que se aprovasse a revogação da deliberação de 11 de Março de 1996 que atribuía 250,00 euros/mês, por motivos desta natureza, que na prática era uma renovação de uma deliberação de 22 de Novembro de 1993...

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Revogação da Deliberação do Executivo de 11.03.1996 e, em consequência, também da de 22.11.1993.-----

O Senhor Presidente, Dr. João Gouveia, e o Senhor Vice-Presidente, Dr. Santos Mota, ausentaram-se, não tendo participado na votação.-----





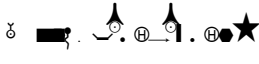
5.2.2. Lar/Residencial

Foi presente a seguinte Proposta:

AÇÃO SOCIAL

**Acordos com IPSS - Valências Diversas
Complementos a Acordos com a Segurança Social //2011**

Proposta

		
		1.869,32 € 1)

A Vereadora*
(Ana Maria Treno, Dra.)
2011.10.12

1) Ver Nota Explicativa

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal, Despacho de 06.11.2009.



[illegible]

* Acordo em Vigor com a Segurança Social

* Comparticipação Financeira Mensal da Segurança Social por Utente

* N.º Efectivo de Utentes Apoiados pela Entidade

* N.º de Utentes sem Acordo

25% de 5 \approx **2**

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Proposta da Senhora Vereadora, Dra. Ana Maria Treno.-----

O Senhor Presidente, Dr. João Gouveia, e o Senhor Vice-Presidente, Dr. Santos Mota, ausentaram-se, não tendo participado na votação.-----

Foi presente a seguinte Proposta:

*19.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Outubro de 2011*

ACÇÃO SOCIAL

**Acordos com IPSS - Valências Diversas
Complementos a Acordos com a Segurança Social //2011**

Proposta

		. 102,97 € ¹⁾
		. 948,36 € ¹⁾
		1.051,33 €

A Vereadora*
(Ana Maria Treno, Dra.)
2011.10.12

1) Ver Nota Explicativa

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal, Despacho de 06.11.2009.

*19.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Outubro de 2011*



* Acordo em Vigor com a Segurança Social

12 Utentes

* Comparticipação Financeira Mensal da Segurança Social por Utente

102,97 €

* N.º Efectivo de Utentes Apoiados pela Entidade

15 Utentes

* N.º de Utentes sem Acordo

$$15 - 12 = 3$$

$$25\% \text{ de } 3 \approx 1$$

$$\Rightarrow 1 \times 102,97 \text{ €} = \mathbf{102,97 \text{ €}}$$



* Acordo em Vigor com a Segurança Social

25 Utentes

* Comparticipação Financeira Mensal da Segurança Social por Utente

237,09 €

* N.º Efectivo de Utentes Apoiados pela Entidade

41 Utentes

* N.º de Utentes sem Acordo

$$41 - 25 = 16$$

$$25\% \text{ de } 16 \approx 4$$

$$\Rightarrow 4 \times 237,09 \text{ €} = \mathbf{948,36 \text{ €}}$$

**19.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Outubro de 2011**

5.3.1. Centro de Dia

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Proposta da Senhora Vereadora, Dra. Ana Maria Treno.-----

5.3.2. Serviço de Apoio Domiciliário

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Proposta da Senhora Vereadora, Dra. Ana Maria Treno.-----

O Senhor Presidente proferiu a seguinte Declaração de Voto: “a aprovação destes apoios é um exemplo modelar de que, mesmo num período de maior escassez de recursos, não pode haver contenção nos casos em que manifesta e inequivocamente possamos estar a prejudicar a prestação de serviços às Pessoas mais frágeis, mais vulneráveis!!!... Para essas temos que “inventar”, nem que para isso, como tenho vindo a afirmar, tenhamos que retardar um investimento, reprogramá-lo ou, no limite, se for caso disso, deixar de o fazer, porque primeiro estão as Pessoas e, em particular, as que mais precisam!!!...”

A Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno proferiu a seguinte Declaração de Voto: “efectivamente é uma medida que materializa a consciência social, uma marca da Política Municipal de Acção Social, implementada por este Executivo, liderado pelo Senhor Presidente de Câmara. Fica bem dizer que nos preocupamos com as pessoas mas fica melhor executarmos medidas concretas e objectivas. Esta é uma medida concreta que, objectivamente, manifesta essa preocupação com as pessoas e vai ter um resultado prático extremamente importante para as IPSS que estão aqui em causa e, naturalmente, para os seus utentes.”

Ponto 6. ACÇÃO SOCIAL – APOIOS AO INVESTIMENTO

- . M.A.S.E.S. - Medida de Apoio à Segurança de Equipamentos Sociais**
- Centro Social das Malhadas**





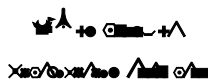
Foi presente a seguinte Proposta:

*19.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Outubro de 2011*

ACÇÃO SOCIAL

Apoios ao Investimento // 2011 - (1)

Proposta

   	 3.923,00 € ¹⁾

A Vereadora*
(Ana Maria Treno, Dra.)
2011.10.12

1) Ver Nota Explicativa

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal, Despacho de 06.11.2009.



Os valores propostos para Apoio ao Investimento correspondem a 15% do Investimento Total Elegível.

**19.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Outubro de 2011**

- Associação Cultural, Recreativa e Social de Samuel
 - * Pedido de emissão do alvará de licença de obras de construção
 - * Isenção do pagamento da taxa

A entidade acima identificada é titular de um processo relativo a um pedido de licenciamento (processo nº 82/2010) para construção de um lar de terceira idade.

No âmbito desse processo requereu a emissão do alvará de licença de construção, que foi deferida por despacho do Sr. Vereador, Dr. Santos Mota, em 29 de Setembro de 2011.

Solicita também a isenção das respectivas taxas.

O valor da taxa a cobrar seria de 1.060€.

Tendo em conta a informação jurídica em anexo, a requerente reúne os requisitos previstos no artigo 25º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais, pelo que pode ser isenta do pagamento da taxa referente à emissão do alvará de licença de construção.

À Consideração Superior

Maria José Carvalho – Engª Civil
Chefe de Divisão O.P.U.
06 de Outubro de 2011

e

assunto: Licenciamento para Nova construção de Lar de terceira idade

processo: 82/2010

requerente: Associação Cultural Recreativa e Social de Samuel

local: Samuel - Samuel

Assunto: Taxas. Isenção

A Associação Cultural Recreativa e Social de Coles de Samuel vem requerer a isenção do pagamento das taxas devidas, no âmbito do processo de obras particulares nº82/2010, relativo à construção de lar de 3.ª Idade.

A requerente instruiu o seu pedido com fotocópia dos Estatutos da Associação e extracto do Diário da República, com a publicação da declaração de registo definitivo dos estatutos da Instituição Particular de Solidariedade Social, bem como do reconhecimento de utilidade pública.

A isenção ou redução subjectiva de taxas municipais, encontra-se prevista no Capítulo III do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais.

Ali, o n.º1 do artigo 25.º, dispõe que *“estão isentas do pagamento de taxas as pessoas colectivas de utilidade pública administrativa, as instituições particulares de solidariedade social, bem como as de mera utilidade pública, relativamente aos actos e factos se destinem à directa e imediata realização dos seus fins”*.

***19.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Outubro de 2011***

O n.º10 do mesmo artigo, refere ainda que a apreciação e decisão de eventual isenção ou redução de taxas, carece de formalização de pedido que deverá ser acompanhado dos documentos comprovativos da natureza jurídica das entidades e da sua finalidade estatutária.

Analisando o pedido e os documentos anexos, a requerente comprovou tratar-se de uma Instituição Particular de Solidariedade Social e pessoa colectiva de utilidade pública, que tem como fim principal a promoção social, designadamente no apoio social, pelo que se encontram reunidos os requisitos previstos no n.º1 do referido artigo 25.º, no que respeita à natureza jurídica e à finalidade estatutária.

Verifica-se também que, a entidade requerente não tem dívidas vencidas para com o Município de Soure, cumprindo com o disposto no n.º10 do mesmo artigo.

Em face do exposto somos de parecer que:

A requerente reúne os requisitos previstos no artigo 25.º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais, pelo que pode ser isenta do pagamento das taxas municipais referentes ao processo em questão.

À consideração superior,



(Edgar J. Domingues, Dr.)
4 de Outubro de 2011

Foi tomado conhecimento.-----

Ponto 8. SANEAMENTO E SALUBRIDADE, ABASTECIMENTO DE ÁGUA...

. ESTUDOS E PROJECTOS - OUTROS

**. Regulamento(s) Municipal(is) - Portaria n.º 34/2011// Adaptação/Compatibilização
- Revogação da Decisão de Contratar**

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: SANEAMENTO E SALUBRIDADE, ABASTECIMENTO DE ÁGUA...

***19.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Outubro de 2011***

**ESTUDOS E PROJECTOS - OUTROS
REGULAMENTO(S) MUNICIPAL(IS) – PORTARIA N.º 34/2011 // ADAPTAÇÃO/COMPATIBILIZAÇÃO
- REVOGAÇÃO DA DECISÃO DE CONTRATAR**

Por deliberação da Reunião de Câmara de 29.07.2011, foi decidido recorrer à figura do ajuste directo, como procedimento prévio à adjudicação do serviço acima mencionado.

Das empresas convidadas, apresentaram propostas as seguintes, tendo no entanto o Júri proposto a exclusão das mesmas com base nos seguintes fundamentos:

EMPRESA	FUNDAMENTAÇÃO PARA EXCLUSÃO DA PROPOSTA
Inobest Consulting	Apresentação da Proposta depois do termo fixado - Alínea a) do n.º 2 do art. 146.º do Código dos Contratos Públicos
Ernst & Young	Apresentação da Proposta depois do termo fixado - Alínea a) do n.º 2 do art. 146.º do Código dos Contratos Públicos

Durante a fase de audiência prévia, efectuada nos termos do artigo 123.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, nenhum dos concorrentes notificados se pronunciou sobre o Relatório Preliminar, tendo sido aceite a decisão de exclusão das respectivas propostas.

Assim, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 79.º do CCP, estamos perante uma decisão de não adjudicação, uma vez que todas as propostas foram excluídas, sendo que tal determina a revogação da decisão de contratar, cf. o n.º 1 do artigo 80.º do CCP.

CONCLUSÃO

Tendo em conta a presente informação, sugerimos:

- 1. A homologação do Relatório Preliminar e Final de análise das propostas;**
- 2. A revogação da decisão de contratar.**

À consideração superior,
O Técnico-Superior,
(Ivo Costa, Dr.)
07.10.2011

e

Assunto: **CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS
DECISÃO DE NÃO ADJUDICAÇÃO
REVOGAÇÃO DA DECISÃO DE CONTRATAR**

Relativamente ao assunto em epígrafe, é solicitado parecer quanto à consequência da tomada de uma decisão de não adjudicação, no âmbito de um procedimento de contratação pública.

19.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 14 de Outubro de 2011

Factos:

Por deliberação da Câmara Municipal de Soure de 29/07/2011, foi deliberado recorrer à modalidade de ajuste directo para aquisição do serviço de “*desenvolvimento de uma proposta de novo regulamento de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais urbanas*”.

Dos concorrentes convidados a apresentar proposta, apenas a Inobest Consulting e a Ernst & Young, apresentaram proposta.

No entanto, no relatório preliminar o júri propõe a exclusão de todas as propostas apresentadas, uma vez que foram apresentadas depois do termos fixado para a sua apresentação, tal qual impõe a alínea a) do n.º2 do artigo 146.º do CCP.

Direito:

Ora, nos termos da alínea b) do n.º1 do artigo 79.º, não há lugar a adjudicação quando todas as propostas tenham sido excluídas.

Por seu lado, o n.º1 do artigo 80.º prevê expressamente que a decisão de não adjudicação prevista no mencionado artigo 79.º determina a revogação da decisão de contratar.

Conclusões:

Em face da apresentação de propostas após o termo do prazo fixado para a sua apresentação, a consequência é a sua exclusão e porque se verifica em todas as propostas apresentadas, inelutavelmente, conduzirá a uma decisão de não adjudicação, conforme impõe a alínea b) do n.º1 do artigo 79.º do CCP.

Consequentemente, a decisão de não adjudicação, ao abrigo da mencionada alínea b), determinará a revogação da decisão de contratar, a qual ocorre por força de lei¹, ou seja do disposto no n.º1 do artigo 80.º do CCP.

“Relembre-se que o artigo 80º do CCP diz, na sua letra, expressamente, que “[a] decisão de não adjudicação prevista no artigo anterior determina a revogação da decisão de contratar”. E, como se sabe, o elemento literal da interpretação não pode ser facilmente desprezado. “²

Assim, a decisão de não adjudicação tomada ao abrigo da referida alínea b) conclui o procedimento e o correspondente processo, porquanto também determina, por força de lei, a revogação da decisão de contratar.

No entanto, se na sequência de tal conclusão, se considerar que ainda se mantém a necessidade de obter o fornecimento em causa, deverá ser decidida a abertura de novo procedimento, sendo que nele e no correspondente processo há-de necessariamente constar tal decisão e a da necessária e subjacente nova decisão de contratar.

Em face do exposto somos de parecer que:

A decisão de não adjudicação, ao abrigo da alínea b) do n.º1 do artigo 79.º do CCP, determina a revogação da decisão de contratar, a qual ocorre por força de lei, ou seja do disposto no n.º1 do artigo 80.º do CCP.

**19.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Outubro de 2011**

Se na sequência da decisão de não adjudicação, que determina a revogação da decisão de contratar, se considerar que ainda se mantém a necessidade de obter o fornecimento em causa, deverá ser decidida a abertura de novo procedimento, sendo que nele e no correspondente processo há-de necessariamente constar tal decisão e a da necessária e subjacente nova decisão de contratar.

1 Acórdão do Tribunal de Contas n.º 16/2010 - 08.Jun.2010 - 1.ª S/PL Recurso Ordinário n.º 10/2010 (Processo n.º 105/2010)

2 Ainda o Acórdão referido.

À consideração superior,
O Jurista,
(Edgar J. Domingues, Dr.)
29.09.2011

Deliberado, por unanimidade, aprovar Revogação da Decisão de Contratar, conforme decorre das informações técnicas dos serviços.-----

Ponto 9. SANEAMENTO E SALUBRIDADE, ABASTECIMENTO DE ÁGUA...

. ESTUDOS E PROJECTOS - OUTROS

**. Regulamento(s) Municipal(is) - Portaria n.º 34/2011// Adaptação/Compatibilização
- Ajuste Directo**

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: SANEAMENTO E SALUBRIDADE, ABASTECIMENTO DE ÁGUA...

ESTUDOS E PROJECTOS - OUTROS

**REGULAMENTO(S) MUNICIPAL(IS) – PORTARIA N.º 34/2011 // ADAPTAÇÃO/COMPATIBILIZAÇÃO
- ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO**

Na sequência da decisão de não adjudicação do procedimento em epígrafe, que determinou a revogação da decisão de contratar, constata-se que se mantém a imperativa e absoluta necessidade de se obter o serviço em causa, uma vez que o prazo para adaptação/compatibilização dos Regulamentos Municipais em vigor, termina a 20 de Agosto de 2012 - cf. o artigo 62.º e o n.º 2 do artigo 80.º do Decreto-Lei n.º 194/2009 -.

Desta forma, propõe-se que se recorra a uma entidade externa, para desenvolvimento de uma proposta de novo(s) regulamento(s) de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais urbanas, naturalmente em conformidade com a Portaria 34/2011, de 13/01, que estabelece os conteúdos mínimos dos regulamentos.

Com vista à prestação do serviço em causa, sugere-se a V. Exa. a aprovação dos seguintes pontos:

1. ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO

Sugere-se a adopção da modalidade de **ajuste directo**, uma vez que o preço base é de 20.000,00 euros, inferior ao limite máximo de 75.000,00 euros estabelecido para o recurso ao procedimento de ajuste directo, cf. alínea a) do n.º 1 do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

19.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 14 de Outubro de 2011

A competência para a escolha do procedimento a adoptar, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação, insere-se dentro do âmbito de competências quer da Câmara Municipal, quer do Presidente deste órgão, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada inferior a 149.639,36 euros, cf. alínea a) do nº1 do artigo 18º do Decreto-Lei 197/99, de 08 de Junho.

O encargo previsto tem dotação no orçamento para o presente ano de 2011 pela rubrica 03.02.02.02.14 e trata-se de acção inscrita em Plano Plurianual de Investimentos com a classificação de 06.001 2011/122-2.

2. PROCESSO

Aprovar o Convite e o Caderno de Encargos em anexo.

3. CONSULTAR AS SEGUINTE ENTIDADES

Sugere-se a consulta, nos termos do n.º 1 do art. 114º do CCP, às seguintes empresas:

- McKinsey & Company;
- Roland Berger, Lda.;
- Inobest Consulting;
- Premivalor Consulting;
- The Boston Consulting Group;
- VSA Inovação, Lda.

4. JÚRI

Aprovar o seguinte júri, de acordo com o n.º 1 do art. 67º do Código dos Contratos Públicos, para apreciação das propostas e elaboração dos relatórios de análise das mesmas:

- João Gouveia, Dr. (Presidente do Júri);
- Santos Mota, Dr.;
- Mário Monteiro, Eng.;
- Ivo Costa, Dr. (Suplente);
- Fernando Cavacas, Dr. (Suplente).

À consideração superior,
O Técnico Superior,
(Ivo Costa, Dr.)
10/10/2011

**19.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Outubro de 2011**

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adopção da modalidade de ajuste directo, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

Ponto 10. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES

- . Ramal Ferroviário Figueira da Foz - Pampilhosa
- (CIM-BM) Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego
- . Nota de Imprensa

Foi tomado conhecimento.-----

Ponto 11. A.N.M.P. - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES

11.1. Extinção da IGAL

Foi tomado conhecimento.-----

11.2. Taxa do IVA - Electricidade

- Alteração
- . Impacto Económico

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto: TAXA DO IVA - ELECTRICIDADE
SIMULAÇÃO DO IMPACTO FINANCEIRO**

Na sequência da Circular n.º 137/2011-PB, de 21/09/2011, da Associação Nacional de Municípios Portugueses, e conforme solicitado superiormente, informamos que foi efectivamente alterada a taxa de IVA sobre o fornecimento de electricidade - artigo 1.º da Lei n.º 51-A/2011, de 30/09 -, passando a ser aplicada a taxa normal, com efeitos sobre os consumos efectuados a partir do dia 01 de Outubro de 2011, inclusive - cf. o artigo 2.º do mesmo diploma.

No caso concreto do Município, tendo como base o consumo verificado no ano de 2010, prevê-se um aumento anual do custo com o fornecimento de electricidade, resultante da diferença entre as taxas reduzida e normal, de sensivelmente 160.000€ - Anexo I -.

À consideração superior,

**19.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Outubro de 2011**

O Técnico Superior,
(Ivo Costa, Dr.)
10/10/2011

~ ANEXO I ~

TIPO DE DESPESA	TAXA DE IVA EM 2010	FACTURADO EM 2010	TAXA DE IVA APÓS ALTERAÇÃO	SIMULAÇÃO DE FACTURAÇÃO	DIFERENÇA
ILUMINAÇÃO PÚBLICA	Reduzida	417.252,06 €	Normal	486.523,76 €	69.271,70 €
BTE	Reduzida	205.646,46 €	Normal	239.769,28 €	34.122,82 €
BT	Reduzida	341.757,38 €	Normal	398.391,55 €	56.634,17 €
BIP'S E PROLONGAMENTOS	Normal	18.451,30 €	Normal	18.451,30 €	0,00 €
TOTAL		983.107,20 €		1.143.135,89 €	160.028,69 €

O Senhor Presidente referiu que: “este impacto decorrente da alteração da taxa do IVA, é muito negativo, ainda por cima num período económico manifesta e inequivocamente difícil...”

Naturalmente, teremos que continuar a ser capazes de adoptar medidas, no plano da economia e da eficiência energética, tendo em vista dar a resposta possível e adequada a esta realidade...”

Foi tomado conhecimento.-----